

1 ATA DA 13ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO DA
2 ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CBH GRANDE.
3 Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil de dezessete, às dez horas, deu
4 se início a 13ª Reunião do Grupo de Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano
5 Integrado de Recursos Hídricos (GT Plano) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande
6 (CBH Grande), realizada no Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), situado na rua
7 Olinda, nº 150, Bairro Alto da Boa Vista, no município de Ribeirão Preto/SP. Estiveram
8 presentes os seguintes representantes: Edgar Gaya Banks Machado (ANA), Laura Bertolino
9 de Souza Lima (IGAM), Irene Sabatino P. Niccioli (DAEE), Antônio Carlos Sales (Prefeitura
10 de Andradas), Guilherme Bretas Nunes de Lima (Consórcio AHE Funil), Roberto de Mattos
11 (Serra Bonita), Luiz Eduardo Carvalho Gomes (COPASA), Débora Riva Tavanti Morelli
12 (FIESP), Caio Penna Martins (SIRVARIG), Helieder Rosa Zanelli (SABESP), José Edilberto
13 da Silva Resende (ADISMIG), Cristiane Guiroto (ABAS), Paulo Finotti (AEAARP) e Renato
14 Crivelente (SODERMA). Participaram como convidados: Aída M. P. Andreazza (Engecorps),
15 Maria Isabela de Souza (CREA-MG), Márcio Freitas (ANA), César A. M. Louvison (SSRH),
16 Sérgio Ayrimoraes (ANA), Januária da Fonseca (IGAM), Renato de Oliveira Aguiar (DAEE),
17 Valéria Ribeiro (ABAG RP), Maria Aparecida B. P. Vargas (ABRAGEL), Jorge Augusto C.
18 Santos (SSRH), Gustavo B. Malacco (ANGA), João Daniel de A. Cascalho (MME), Janaína
19 Gonçalves (ABHA), Aline Dias (ABHA) e Dayana de Sá e Sousa (ABHA). A Coordenadora do
20 GT Plano, Débora Riva (FIESP), deu início à reunião e solicita de inserção de item de pauta,
21 onde dois ofícios foram encaminhados pela secretaria executiva, um da Associação para a
22 gestão socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá) e outro da Aliança (Consórcio AHE Funil).
23 Em seguida, Débora solicitou a dispensa da leitura da ata da última reunião do Grupo de
24 Trabalho, realizada no dia 23 de agosto de 2017, em Poços de Caldas/ MG, já que a mesma
25 foi encaminhada anteriormente para os membros por e-mail. A ATA foi aprovada e as
26 alterações de ortografia solicitadas por José Edilberto da Silva Resende, (ADISMIG), serão
27 encaminhadas para secretaria executiva. A coordenadora convidou a Aída M. P. Andreazza
28 (Engecorps) para apresentação do “check list” da tabela, como nas reuniões anteriores. Aída,
29 mencionou que houveram diversas observações, a maior parte delas foram atendidas, uma
30 que outra não justificaram o atendimento, mas elas podem ser verificadas por todos os
31 membros e também consta um resumo do que está sendo elaborado. O representante da
32 Agência Nacional de Águas (ANA), Edgar Machado, indicou também o ajuste da legenda do
33 mapa referente a figura 1.20. Débora Riva, solicitou a verificação da correção do parágrafo do
34 item 9.2.1, o mesmo foi atendido. Edgar Machado, explicou sobre a situação de alguns
35 municípios que possuem auto eficiência no tratamento e baixa depuração e que está sendo
36 previsto um programa para auxiliar nesta demanda. Aída (Engecorps) informou que já foi feito
37 um estudo para ver quais os municípios que se enquadram nesta situação e que também será

38 feito um Termo de Referência para que o recurso seja utilizado. Débora seguiu com a
39 solicitação de que seja feito um exercício de verificação do TDR junto ao PIRH, para ver se já
40 foi cumprido o que estava determinado anteriormente. Logo em seguida Débora Riva,
41 comentou sobre uma dúvida no TDR, falou sobre as opções de cenários de recursos
42 financeiros e nas tabelas de ações, onde está elencado as fontes de recursos e possíveis
43 investimentos necessários. Ela questionou se os cenários de recursos já poderão virar manual
44 operativo ou se serão inseridos diretamente. Edgar (ANA) respondeu, que os cenários foram
45 apresentados no produto anterior. Sérgio (ANA), esclareceu que a foi realizada a análise de
46 todos os cenários, porém não se encontram todas no relatório 07, o que se encontra no
47 relatório 07 é o que foi pactuado e esta será inserido no decorrer do plano. Outra dúvida
48 mencionada pela coordenadora Débora Riva, foi referente aos relatórios, que se encontram
49 nas páginas 40 e 41 do TDR, onde fala que o resultado das oficinas será incorporado ao
50 relatório final e também o resultado dos seminários será também incorporado e consolidado.
51 E Débora também questionou se o Produto 07 for aprovado nesta reunião, ele irá para plenária
52 sem a apreciação da etapa de mobilização. Edgar (ANA), esclareceu que quando o TDR foi
53 elaborado, tinha-se a ideia de que a contratação da mobilização seria conjunta a contratação
54 do plano, mas houve uma diferença de seis a oito meses entre elas. Desta forma foi solicitado
55 junto a Porfill a mudança de conteúdo das oficinas de diagnóstico para planos de ações e a
56 segunda rodada para divulgação do manual operativo e o próprio plano como um todo. Na
57 prática o TDR foi modificado, pois estava contando com contratações simultâneas, mas com
58 o lapso de tempo bem considerável, não ocorreu, portanto, não foi possível que andassem
59 conjuntamente como era a proposta inicial. Então os relatórios das oficinas de diagnóstico
60 foram utilizados como alternativa para esse descompasse das contratações, sem prejuízo
61 algum e com a participação dos comitês afluentes. Edgar (ANA) ainda complementou, que o
62 resultado das oficinas está sendo considerado como uma das variáveis para elaboração das
63 ações do manual operativo. Sérgio (ANA) ainda reafirmou a colocação do Edgar (ANA), e
64 comentou que a mobilização é importante, mas com o avanço do trabalho, o resultado das
65 oficinas terá uma efetividade maior na priorização e na construção do manual operativo do
66 que no simplesmente no relato de ações. Já em relação ao resumo executivo, não precisa de
67 uma aprovação formal, mas deve ter acompanhamento. José Edilberto, (ADISMIG), comentou
68 que na revisão 01 do PP07 na página 240, que não foi utilizada a mesma metodologia e que
69 não foi consta nada do que foi produzido na segunda rodada. Ele solicitou que deve ser
70 considerado a segunda rodada, pois vai refletir com um cenário diferente do que foi em 2016.
71 Já coordenadora Débora relatou que na reunião anterior às oficinas havia questionado se a
72 ação seria inserida no PP07. Ela compreendeu que será inserido no MOP. Completou ainda,
73 dizendo que tem uma preocupação de como o PP07 será levada à Plenária sem o material
74 dos resultados das oficinas. Edgar (ANA) esclareceu que, são três etapas distintas: a primeira

75 é referente ao diagnóstico, para dar alternativa para o comitê e para os comitês afluentes,
76 então foram realizadas as oficinas com a matriz SWOT, um diagnóstico participativo. A
77 segunda rodada, que na verdade é a primeira rodada de oficinas, foi prevista a priorização de
78 programas, estes que foram eleitos constam no manual operativo. Já a terceira rodada, a
79 segunda rodada para Profill, consiste em uma ampla divulgação do manual operativo, que
80 são os programas e as ações prioritárias, que são 41 ações de curto prazo e destas foram
81 priorizadas dezesseis ou dezessete ações para o MOP. E também nesta rodada será para a
82 divulgação do plano aprovado e esclarecimentos acerca do MOP. Márcio (ANA)
83 complementou a fala do Edgar (ANA), dizendo que as a segunda rodada foi realizada em cima
84 das ações do PP07, elas foram para o manual. Edgar (ANA) recordou que estava em ata
85 anterior, que os resultados das oficinas estão no MOP. Débora Riva, questionou quando a
86 Profill irá apresentar o relatório para o GT. Ela também questionou se o PP07 vai ser levado
87 à plenária, se o mesmo terá resultado para apresentar. Sérgio (ANA), ressaltou que para
88 deixar de forma clara para evitar mal-entendido, nesse cronograma, nesse desencadeamento
89 das ações, quando foi encaminhado a etapa final do plano e os resultados finais do PP07,
90 quando incidiu o manual operativo, algumas ações foram priorizadas e parte desta priorização
91 levará em conta o resultado das oficinas. A apresentação do relatório seja da mesma reunião
92 ou de uma reunião futura, ele incidirá sobre a priorização e sobre os próximos passos do
93 plano. Desde o começo da apresentação inicial do plano, existe uma preocupação, então
94 Sérgio (ANA), reafirmou, que não pode seguir no erro de achar que a aprovação do plano na
95 plenária será um encerramento, e sim um a aprovação de um documento que dará início ao
96 trabalho. É o desenrolar das ações, principalmente daquelas que serão priorizadas, é o que
97 acontece a partir da aprovação do plano. Sergio (ANA) sugeriu ainda, que se procure no
98 documento onde é citado e incluir de forma clara, que o resultado das oficinas incidirão na
99 priorização das ações que estão no manual operativo. Aída (Engecorps), complementou, que
100 dentro do MOP há um texto que esclarece que as ações do fruto das oficinas. Márcio (ANA),
101 afirmou, que a colocação do Sérgio (ANA), é muito importante, pois é preciso saber do
102 processo, que terão outros GT's para acompanhar o plano. O resultado das oficinas está
103 inserido no MOP, por que houve um acompanhamento na execução do plano. Laura (IGAM),
104 questionou se é possível apresentar os resultados das oficinas na plenária, juntamente com
105 o plano. Márcio (ANA), respondeu que a plenária será em novembro, e que isso não interfere
106 na agenda do plano e afirma que quando o manual operativo for apresentado, o resultado das
107 oficinas, também serão juntamente apreciados. José Edilberto (ADISMIG), falou que concorda
108 com a colocação do Márcio (ANA) e a de Edgar (ANA), falou também sobre a insegurança de
109 estar alterando a forma que está prevista no Termo de Referência e comenta que na última
110 reunião em Poços de Caldas/ MG, a Profill iniciou seu discurso falando que as ações das
111 oficinas estarão no PIRH. Os comitês foram convidados a darem suas contribuições que serão

112 levadas a plenária, sendo que na mesma será apresentada o MOP, é uma questão de
113 interpretação na forma de como as coisas estão sendo conduzidas, pois foi criada uma
114 expectativa junto aos comitês referente as contribuições. Sendo assim, ele sugeriu que seja
115 feito uma ligação entre a revisão e o MOP. Márcio (ANA) explicou que a primeira rodada de
116 oficinas foi o diagnóstico e a segunda rodada foi baseada nas ações previstas nos relatórios
117 06 e 07 e estas foram solicitadas para serem priorizadas pelos comitês afluentes e esta
118 prioridade de ações serão solidificadas e concretizadas no MOP e não nos relatórios. Nos
119 relatórios não há hierarquia de ações, as oficinas não priorizam as ações, a prioridade será
120 dada pela plenária, onde será considerado o estudo prévio que elencam as ações e mais a
121 percepção dos comitês afluentes, para daí definir as mesmas. Não está pronto, o que se tem
122 é subsídio para tomada de decisão. E ainda ele finalizou dizendo que acha importante o
123 registro destas dúvidas, para serem esclarecidas, mas o processo está seguindo como tem
124 que ser. Débora Riva, solicitou para seguir a sugestão do Sérgio (ANA), para adicionar na
125 conclusão do relatório um parágrafo junto a apresentação da Profill. Laura (IGAM), sugeriu
126 que seja nivelado o entendimento de todos referente ao retorno desta mobilização. Ela tem
127 dúvida no primeiro momento, o que vai acontecer pelo MOP. Márcio (ANA), respondeu: na
128 primeira reunião de mobilização foi discutido em cada comitê afluente quais as ações eram
129 previstas no plano e em cada comitê priorizou as ações conforme eles entendiam que era
130 necessário, estas foram apresentadas na última reunião em Poços de Calas/ MG,
131 preliminarmente, elas não estão no cronograma da Profill, para que os membros das Câmara
132 Técnicas, pudessem ter conhecimento do que havia sido priorizado e apresentado no relatório
133 final. Esses resultados já estão no MOP, a empresa concordou na execução das oficinas e já
134 saiu com estes resultados para trabalhar na elaboração do manual operativo. Ainda reforçou
135 Sérgio (ANA), que os resultados das oficinas, independente do relatório ou das prioridades,
136 que serão ou não apresentadas na plenária, são eles que incidem numa fase que é posterior
137 ao plano que estará sendo apreciado. Mas é importante que se tenha muito claro nessa
138 plenária, que o plano apreciado e aprovado, e o resultado das oficinas incidem na
139 padronização das ações do mesmo. Ele não modifica o plano enquanto proposta para ser
140 para ser apreciada em plenária. É uma etapa seguinte, se vai ser utilizado como ponto de
141 vista em relação aos prazos, de otimização e de continuidade, na mesma plenária, para
142 apreciar e discutir o relatório, as prioridades do plano e dar sequência a ele, seria ótimo.
143 Reafirmou ainda que o resultado das oficinas não incide sob o documento que está sendo
144 trabalhado no momento, ele incidirá sobre a padronização das ações para implementação do
145 plano. Laura (IGAM), complementou dizendo, que a insegurança que foi gerada, em função
146 de ter que aprovar o plano em também o MOP em fases separadas e assim, entendendo que
147 as priorizações ficassem de fora. Mas com os esclarecimentos anteriormente, entendeu-se
148 que as priorizações estarão contidas no relatório final. Débora (FIESP) finalizou a aprovação

149 do PP7, mas ainda mais uma sugestão do Sérgio (ANA), onde sugeriu, se realmente for ser
150 apresentado em plenária, que se obedeça uma ordem de prioridade, até mesmo para
151 entendimento das pessoas referente ao conteúdo que estará sendo apreciado, que num
152 primeiro momento será o plano e juntamente os resultados das oficinas. Edgar (ANA),
153 complementou ainda, que além das oficinas que foram realizadas junto aos comitês afluentes,
154 também foi realizado uma oficina com os gestores, onde IGAM, DAEE junto com a ANA,
155 também foram considerados para elaboração do MOP. Além das perspectivas dos comitês
156 afluentes, também foram abordados dentro do manual a capacidade de execução dos
157 gestores e outros aspectos para consolidar o MOP. Débora (FIESP), informou a inserção de
158 dois encaminhamentos apresentados por ofício, um deles da Aliança de Perdões/ MG,
159 informando a substituição membro e outro encaminhamento é da (ANGÁ). Gustavo (ANGÁ)
160 informou que encaminhou o ofício antes do envio do último produto e que este foi baseado no
161 PP07, recebido na plenária, e ele questionou a secretaria executiva se seria este documento
162 para avaliação das considerações, não obtendo nenhuma resposta ele entregou o ofício
163 baseado neste mesmo documento. Gustavo (ANGÁ) ainda informou, que logo após o envio
164 do seu ofício, chegou outro encaminhamento onde haviam algumas mudanças, mas nada
165 substancial. O primeiro ponto de inserção é o item 1.3 (antes na página 14 agora passou a
166 ser página 18 no PIRH), tem que inserir o quadro 2.7, referente as áreas desmatadas e
167 remanescentes do cerrado e mata atlântica do Turvo na bacia do Grande, na página 33 do
168 diagnóstico. Edgar (ANA) comentou, que foi feita uma análise do ofício e que será respondido
169 ponto a ponto. Guilherme (Consórcio AHE Funil) concordou, que a discussão ponto a ponto
170 fica mais clara os tipos de orientações e as sugestões que estão sendo realizadas na
171 modificação dos textos, mas que deve se concluir a discussão de cada ponto e não deixando
172 de tomar um apanhado geral sobre o ofício. Edgar (ANA) explicou que o ofício encaminhado
173 pela ANGÁ, tem dois momentos distintos, um onde há várias solicitações de textos que
174 estavam no PP02 que seriam transpostos para o PP07, e outro que entra em discussão
175 referentes às áreas de restrição, que solicita algumas mudanças referentes a ações e metas.
176 Laura (IGAM) concordou com a inserção da primeira parte, que é o texto referente ao
177 resultado do diagnóstico e ao quadro, mas não concorda com a inserção do segundo
178 parágrafo, referente ao artigo dois. Gustavo (ANGÁ), disse que é importante contextualizar
179 toda a questão da ictiofauna que está no diagnóstico, ele entende que a ANA e também a
180 empresa Aliança, utilizaram estas informações para subsidiar a identificação de alguma das
181 áreas de preservação. Ele ainda informou que, existe um mapa, uma figura dentro do PIRH,
182 que demonstra as áreas sujeitas a restrição de uso e são justamente esses rios de elevada
183 importância, que a Aliança vai sacar, os seguintes rios: Mogi Guaçu, Sapucaí, Pardo e Turvo.
184 Débora (FIESP), comentou que a sua preocupação em relação a este assunto por ser tratado
185 com privilégio em relação aos outros assuntos que também são importantes, por isso ela acha

186 que se deve entrar em um consenso, mas concorda com a inserção do texto, tabela e
187 apresentação completa do diagnóstico. Edgar (ANA) disse que não teria problema, mas
188 acredita também que poderia ficar desequilibrado. Guilherme (Aliança), concordou com
189 Débora Riva, mas comenta sobre sua preocupação com o foco na questão da ictiofauna e
190 acabe passando despercebido os demais pontos. Roberto (Hotel Serra Bonita),
191 complementou a fala dos demais, dizendo que já se tem o diagnóstico e um produto pronto,
192 acredita que trazendo outras partes, poderá ficar uma “colcha de retalhos”, que ao seu ver,
193 poderá gerar mais dúvidas para quem está fora do processo. Sugeriu que no PP07 deve
194 reforçar que existe este diagnóstico, para quem for fazer a leitura e retirar suas dúvidas, desta
195 forma ficaria melhor que fazer vários reforços individuais deixando outros, então inserir o
196 diagnóstico como um todo. Gustavo (ANGÁ), reforçou que o item apresentado é de grande
197 importância, onde está debatendo a questão dos peixes, mas existem outros itens como,
198 qualidade da água, recarga hídrica, e estes foram apresentados desta forma, para ter
199 fundamentação técnica para se chegar neste resultado. Acredita que não há problema se
200 estiver descrito no diagnóstico a informação referente a fundamentação teórica, devendo
201 constar as justificativas que levaram àquele resultado. Laura (IGAM) concordou com Gustavo
202 nesta parte de ecossistemas aquáticos, já que está bem detalhado, servindo de referência.
203 Então ela sugeriu que fosse aberta a votação para inserção ou não do texto. Edgar (ANA),
204 esclareceu que a inserção do texto não mudará o plano e sim sustentação em relação à figura
205 de área de restrição de uso. Guilherme (Aliança) contestou, dizendo que caracteriza como
206 recorte de parte no diagnóstico, não retrata o diagnóstico todo. Gustavo (ANGÁ)
207 complementa, que é inserção sobre ecossistemas aquáticos e que os outros itens podem ser
208 complemento, são a base principal do resultado. Sérgio (ANA), afirmou que todos os
209 elementos importantes do diagnóstico estão no PP07, até mesmo por que ele precisa ter
210 coerência e ser entendido por todas as partes, todos os termos relacionados a quantidade, a
211 qualidade da água, a importância do uso da água e outros que foram considerados
212 importantes e estão presentes no documento, que traz as conclusões do plano e sintetiza
213 algumas partes de relatórios anteriores. E foi identificado que um destes elementos
214 importantes é a pauta desta discussão, que foi a inserção de um mapa, onde falta explicação
215 suficiente para a existência do mesmo. A proposta então, é a inserção de um texto contendo
216 a explicação para o entendimento à figura que está ali. E para os demais temas do
217 diagnóstico, não necessitam de mais justificativas. O exercício de ter trazido os elementos
218 importantes do diagnóstico para o plano já foi feito. Débora Riva (FIESP) questionou se todos
219 os setores fizeram esta leitura e tiveram este entendimento. Sérgio (ANA) explica que Débora
220 (FIESP) leu em síntese e que não identificou nada que necessitasse de complemento porque
221 se houvesse tido, a mesma já teria solicitado. Débora Riva (FIESP), declarou sua
222 preocupação por estar retomando um assunto que vai ficar de forma desconectada do

223 relatório. Não é só a ictiofauna que vai dar peso para área de restrição, existem outras
224 condições. Sérgio (ANA), afirmou que Débora (FIESP) estava fazendo um debate de critérios
225 e não é este debate que está sendo colocado, o que foi apresentado é que existe uma figura
226 no diagnóstico e uma sugestão de que esta figura seja apoiada por um texto, por que o
227 entendimento da figura não é suficiente. O tamanho e o conteúdo do texto podem ser
228 debatidos, mas a discussão agora é a interpretação de uma figura que já consta no
229 diagnóstico. Aída (Engecorps), concordou que a ictiofauna é sim um balizador para restrição
230 do uso de água. E ainda afirmou que o próprio plano identificou que não é somente o
231 barramento de geração de energia hidrelétrica que impacta especificamente a ictiofauna.
232 Então foi sugerido um levantamento, tanto para o barramento hidrelétrico quanto outros
233 barramentos ao longo do curso do rio. Há apontamentos de que faltam estudos sobre
234 barramentos de irrigação, portanto, se há falta de estudos, será extraído do diagnóstico a
235 parte que impacta somente em barragem hidrelétrica, sendo assim, apontado um único uso.
236 A nossa proposta é ter um olhar integrado destes múltiplos usos. Gustavo (ANGÁ) sugeriu
237 fazer uma síntese e uma discussão de que as barragens são impactantes na ictiofauna. Sérgio
238 (ANA) fez o encaminhamento, que através de um consenso, será incluso o texto de apoio à
239 figura, e este vai ser resumido e de forma que não gere assimetria em relação a todo outro
240 conteúdo do diagnóstico que já trata de outras questões da bacia. Débora (FIESP) questionou
241 se a síntese que será inclusa é referente ao ponto 1.3.2. Aída (Engecorps) comentou que a
242 figura que Gustavo (ANGÁ) se manifestou não é a 1.3.2, então a sugestão é que a inclusão
243 seja feita relacionada ao item de restrição de uso e não no diagnóstico. Guilherme (Aliança)
244 não concordou com a especificidade, afirmando que o texto não representa o diagnóstico.
245 Gustavo (ANGÁ) propôs uma síntese retirando os pontos que forem de uso. Guilherme
246 (Aliança) conclui que deverá conter no texto a riqueza, a diversidade e a importância da
247 ictiofauna. João Daniel (MME), solicitou atenção para síntese, que o objetivo não é explicar a
248 figura e ter o cuidado em citar áreas de restrição que não estão identificadas na figura,
249 baseadas na metodologia que foi utilizada nas áreas de proteção. É preciso ter cuidado em
250 quais áreas poderão ser citadas, para não haver confusão. Débora Riva (FIESP), comentou
251 sobre a sugestão da Aída (Engecorps) de inserir o texto junto ao mapa, mas ela sugere inserir
252 o texto junto na parte de ecossistemas. Gustavo (ANGÁ), sugeriu que o texto seja inserido em
253 sequência de ecossistemas aquáticos. Aída (Engecorps), comentou que existe um texto que
254 não dá fundamento a uma figura, ela propôs é manter o texto na figura 1.3.2 referente a análise
255 chave, onde estão definidas figuras com as espécies encontradas nestas áreas e que este
256 texto fique no item de restrição de uso que está dentro do capítulo do diagnóstico, mas não
257 está na descrição dos ecossistemas aquáticos, já que o texto é para justificar o mapa ele deve
258 ficar no 3.3.2, mapa de restrição de uso sugerido pelo IGAM, para preservação da ictiofauna.
259 Edgar (ANA), solicitou o ajuste no nome da figura 3.21, que nome está área de restrição de

260 usos dos recursos hídricos visando a proteção da ictiofauna, trocar para: área sujeitas a
261 restrição. Rogério Dolabella (Aliança Energia), comentou sobre uma ideia do representante
262 da ABAS, que busca enquadrar com o agente de impacto da ictiofauna não só os barramentos
263 do setor elétrico, mas sim barramentos. Porque a transcrição, a reposição do 33 deste texto,
264 conforme colocado aqui, o foco em cima do setor elétrico enquanto barramentos impacta
265 qualquer outro setor. Esclarecendo, o ponto é o 33.4. Portanto, na realidade é a maneira de
266 como é colocado o impacto sobre a ictiofauna, nesta descrição, decorre de barramentos
267 hidrelétricas, então neste processo de sintetizar, deve se ter cautela. Roberto de Mattos (Serra
268 Bonita), entendeu que é uma síntese, é fazer um resumo do que está escrito, mas que cabe
269 a consultoria trabalhar a discussão, que é uma explicação da figura, sem colocar se é “A”, “B”
270 ou “C”, é o que está ali na figura e isso se resume em dois parágrafos, no máximo três, porque
271 senão acaba virando um relatório com várias páginas. Laura (IGAM), declarou que a
272 importância deste texto, é justamente trazer a questão das espécies, a distribuição das
273 espécies, e neste sentido concordo em retirar a parte do texto que direciona para um
274 determinado uso e sim sintetizar de forma que cite a localização, os rios, as espécies como
275 forma da caracterização, mesmo que a figura fale das regiões onde recomenda-se a
276 preservação, mas o texto deverá retirar a parte de uso e mantenha a parte principal que é a
277 análise das espécies, as existências adversárias e tem que constar porque é uma
278 caracterização, é um diagnóstico, tirando a parte que é prioridade de uso e área de restrição.
279 Aída (Engecorps), comentou que ela que providenciará a revisão do texto, portanto é preciso
280 deixar bem consolidado o que será feito, mas tornou a repetir, temos um problema, pois temos
281 um mapa que mostra a área sujeita a restrição de uso e segundo, a avaliação do texto do
282 Malacco, não está bem fundamentado por um texto, ele deveria ir no item 334, a parte de
283 restrição do uso segundo a resolução 145, ela vai dentro do capítulo de diagnóstico, por isso
284 vocês olharam ela no PP07, embora um dos produtos parciais não tenham sido apresentados
285 no diagnóstico, pois o termo de referência para desenvolver estes produtos parciais eram
286 parte do PP05 e não do PP02. Já o relatório final, que estamos seguindo a apreciação está
287 dentro do capítulo do diagnóstico. Insistiu ainda que o texto fica mais próximo do mapa do que
288 334 e não há problema nenhum em citar esta referência a algum determinado uso, já aborda
289 a relevância das espécies de tal forma a justificar a importância para reprodução. Gustavo
290 (ANGA), comentou em retirar a questão das aves, mas contextualizou para não parecer que
291 foi retirado do nada. José Edilberto (ADISMIG), comentou que essa discussão iniciou em
292 Andradas, na ante penúltima plenária, onde a Polyanna levantou a questão da ave e foi
293 prometido, que no momento oportuno, seria analisado e seria discutido. E aqui devemos
294 entender que o uso da água e a proposta do plano é de integração e de uso múltiplo,
295 considerando a água como um produto e os diferentes interesses que estão sendo
296 representados aqui, segundo a fala do Sérgio, nós temos que buscar um consenso e um

297 equilíbrio entre as forças que demandam na preservação e no uso, esse é o propósito para
298 entendermos e evoluirmos, portanto a questão do pássaro foi questionado, por isso é
299 importante considerarmos, porque não podemos esquecer que meio ambiente não existe no
300 plural e que a água faz parte. Gustavo (ANGÁ), contextualizou que na época não tinham a
301 validação da espécie, ela era tratada como uma subespécie, há um mês ela foi validada por
302 artigo de um periódico internacional composto por pesquisadores da USP principalmente e
303 infelizmente a espécie só ocorre na bacia do rio Grande e em um afluente do Tietê, trechos
304 não barrados, os próprios pesquisadores deixaram claro nas recomendações que a espécie
305 é dependente de matas ciliares e que a redução a cerca de 78% das florestas ribeirinhas do
306 Tietê, do Grande, e do Paranaíba impactou espécies. Estamos falando de uma espécie com
307 menos de 200 indivíduos na nossa bacia, no nosso território, que depende de água e de
308 floresta ciliar. Só para reforçar, pois quando chegar zonas de empreendimentos e dos
309 barramentos, principalmente no rio Turvo e no processo de execução que ele está, reforçou
310 este ponto muito importante, depois podemos até sermos responsáveis indiretamente pela
311 extinção de uma espécie. Sugeriu pular a página deste item de identificação de áreas sujeitas
312 restrição e ir para página 4 no item de inserção, fechamos as proposições de inserções e
313 depois discutimos a questão diretamente das áreas de restrição, pois são mudanças de texto,
314 onde há dois atores que protocolaram seus ofícios referente a isso. Na página 4 no item 3.3.2,
315 áreas prioritárias para conservação, nossa sugestão é deixar claro, conforme o entendimento
316 que teve do Wagner (ANA), é que esse produto que foi atualizado ele contextualizou a revisão
317 do MMA do ano passado, mas quando cita o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu em
318 2017 e coloca uma nota de rodapé, acho que não fica legal, deveria ficar direto no texto,
319 mesmo não havendo mudanças citar o MMA em 2017 e 2015 e o quadro abaixo retrata essa
320 realidade. Depois do parágrafo em negrito, inserir o quadro que já apresentava todas as áreas,
321 com a exceção desta questão de recomendação de conservação, onde o texto já baliza,
322 portanto retirou esta sugestão. Já a de baixo que é relacionado ao produto da Biodiversitas e
323 o produto de São Paulo, onde entenderam que era melhor focar tudo no mapa e não colocar
324 em quadros, pois o mapa já sintetiza todas as áreas prioritárias e isso já foi feito para Ministério
325 do Meio Ambiente, colocando a área, a justificativa e a categoria, talvez fosse importante
326 repetir o mesmo procedimento, tanto do Estado de São Paulo como o Estado de Minas Gerais,
327 no detalhamento, pois para o Ministério foi feito em planilha e para São Paulo não. Então
328 questionou, se faz pelo mapa ou se faz mapa e quadro. Guilherme (Aliança), comentou que
329 se consolidado este impedimento nas divergências das classificações, da base Biodiversitas
330 e o próprio plano propõe uma classificação diferente, pois a Biodiversitas tem 5 classificações
331 diferentes. Acredito que tenha que entrar em comum acordo, é importante discutir agora para
332 lá na frente não ter dúvida na aplicação na consolidação, pois estamos falando de dois
333 Estados e da União. Gustavo (ANGÁ), falou que a empresa conseguiu justificar a base que

334 ela utilizou, são bases diferentes, portanto tem que utilizar a base da Biodiversitas e a base
335 da União. São 3 estudos oficiais por meio de deliberação de cada Estado e da União, que
336 revelaram estas áreas prioritárias, a empresa utilizou os dados da Biodiversitas na
337 categorização das áreas de preservação para os ecossistemas aquáticas, os rios, a empresa
338 também fez a sua análise no Estado de São Paulo, fez na União e publicou os artigos
339 científicos que estão citados ao longo do texto para dizer quais são os eixos. Os estudos
340 oficiais que são referendados por legislação Estadual e Federal devem constar. A minha
341 proposta é decidir se só fica a figura ou figura e quadro, ficou figura e quadro para o Ministério
342 de Meio Ambiente e ficou só figura para o Estado de São Paulo e para o Estado de Minas
343 Gerais. João Daniel (MME), falou que não era somente sobre a proposta do Gustavo fez no
344 início e sim foi feita uma análise do que está no Plano e identificamos esclarecer um pouco
345 mais uma terminologia e tratar isso agora ou depois. Guilherme (Aliança), questionou como
346 ficará a aplicabilidade do conceito. Edgar (ANA), falou que ficou dois estudos com legendas
347 diferentes, com primeiro ofício da ANGÁ pedia para atualizar as legendas e foi refeito o
348 trabalho com um colega nosso, que é especialista em ictiofauna, com toda esta questão de
349 harmonizar. Rogério (Aliança), comentou que a empresa de consultoria teve a preocupação
350 num destes parágrafos do 334, apresentar o roteiro calibrando as escalas com essas
351 metodologias se igualando a outra escala da outra metodologia, e assim trazendo uma
352 preocupação de ordem prática, referente ao licenciamento ambiental, na origem do processo
353 fala que o proponente terá que se subordinar a um ente Federativo, quer seja ele Estado A
354 ou Estado B ou da União, trazendo preocupação na interpretação desse Plano, que para o
355 órgão licenciador ter que aplicar, ou ainda o empreendedor ter que proceder com uma
356 insegurança técnica. Márcio (ANA), falou que esta questão do licenciamento ambiental vai se
357 basear em vários estudos e também no Plano de bacia e a decisão será em torno do órgão
358 licenciador, seja ele em que esfera estiver, não teria problema do Plano fazer uma abordagem
359 particular a uma problemática na qual a bacia está enfrentando com enfoque em recursos
360 hídricos, o órgão licenciador irá se servir desses estudos para tomar a sua decisão. João
361 Daniel (MME), comentou que a Biodiversitas utiliza cinco classes, mas no Plano há quatro
362 classes, por que há outros cursos d'água, como rio das mortes por exemplo, está com 4 itens
363 de prioridade conforme a Biodiversitas, quando foi feito a transposição para o GT Plano
364 passou para segundo item de prioridade, mudando de certa forma a aplicação, esse ponto
365 que foi esquecido. Como dentro da Biodiversitas havia uma classificação diferente, o título é
366 o mesmo, porém no Plano tem uma ordem de prioridade diferente portanto, nesta
367 compatibilização de alguns casos, de alguns cursos d'água ganharam a priorização acima
368 pela Biodiversitas do que pelo Plano ocorrido pela mudança de metodologia. Gustavo
369 (ANGÁ), reafirmou a importância da síntese para explicar isso, a diferença de escala, pois a
370 empresa analisou os rios com todas as bases e fez uma hierarquização, dizendo quais os rios

371 mais importantes, os de média importância e os de baixa importância. Aída (Engecorps), falou
372 que as legendas dos mapas de Minas Gerais eram diferentes, por exemplo, para São Paulo
373 tinha uma classificação diferente do que a foi feita para Minas Gerais pela Biodiversitas. Como
374 tinha que apresentar um mapa referente a área sujeitas a restrição de uso para bacia toda, foi
375 feito um cruzamento de todas essas legendas e criamos estas que constam na figura 3.28 do
376 PP07, mas de fato não se teve nenhuma preocupação em relação ao licenciamento ambiental,
377 porque essa não é uma agenda do Plano, mas a preocupação foi em priorizar as áreas de
378 restrição de uso para icitiofauna. João Daniel (MME), falou que uma classificação que ficou
379 alta na Biodiversitas não ficou alta no Plano, que não foi só fazer a transição direta. Sergio
380 (ANA), comentou que não foi apenas fazer uma transposição direta, e já registrou a
381 preocupação com a forma que eles foram integrados e se deixará mais claro inclusive em
382 relação a possíveis interpretações dessa integração. Foi realizado um trabalho especializado
383 para essa integração. Aparecida (ABRAGEL), comentou que sua preocupação é que o
384 licenciamento ambiental enxergue o Plano. Como trabalha com comitê de bacia, eles não
385 querem que o licenciamento seja realizado sem ver o Plano e mostre o que foram extraídos
386 dele. Portanto, quando se vê conflito na metodologia que se vai utilizar no licenciamento e no
387 Plano gera preocupação. Sérgio (ANA), reforçou o que falou anteriormente, mas ajustando
388 um entendimento da Aída que também é um entendimento da ANA. O que a Aída colocou é
389 que o Plano não tem o foco no licenciamento ambiental, ou seja, ele não é um instrumento
390 elaborado para o licenciamento ambiental, já que todos têm clareza disso e também sabem
391 de suas aplicações, potencialidades e integrações não só com o licenciamento, mas também
392 como todas as políticas que fazem parte ou se relacionam com a gestão de recursos hídricos,
393 seja o uso do solo, políticas setoriais, enfim estamos atentos a todas estas relações, mas isso
394 não significa que este produto, que este instrumento, que é o central da nossa política, tenha
395 um foco para uma questão específica, seja ela o licenciamento ou setor A, setor B ou outra
396 política qualquer, o centro dele é a política de recursos hídricos. Entendemos e concordamos
397 com a preocupação, e deixaremos de forma clara como foi feita a integração e as ressalvas
398 necessárias para interpretação da mesma, tal qual ela foi feita. É necessário que fique claro,
399 que compartilhamos dessa preocupação e que fique claro também, que o principal objetivo
400 dela e de todos os elementos que constam no plano é direcionar a política de recursos
401 hídricos. E mesmo entendendo que a política de recursos hídricos tem uma série de interface
402 com uma série de políticas e incluindo as setoriais. Roberto (Serra Bonita), comentou que a
403 questão do licenciamento, como representante de comitê de bacia de Minas, a sua
404 preocupação na questão de outorgas que passam pelo comitê, portanto tem que ser feito um
405 relatório e o plano tem que ser uma referência, então aí que se gera a dúvida. Quando tiver
406 uma restrição de uso vai entrar no mérito ambiental, portanto a importância da
407 compatibilização da metodologia, rever estes critérios e deixar os mesmos parâmetros,

408 podendo assim contribuir de alguma forma. Sabemos que foi feito uma análise estatística,
409 ponderou mais alterou estes valores, o melhor seria deixar os mesmos, tudo no mesmo
410 padrão. Essa junção é justificada, porém, para atender um item do Plano, porque existe uma
411 dificuldade de informações e não tem jeito de concluir. A sugestão é colocar no plano de ação
412 no futuro, realizar um novo estudo para rever esta classificação. Gustavo (ANGÁ), comentou
413 que ao longo do tempo se sabe, que raríssimas as exceções onde se utilizou no licenciamento
414 uma fonte de planejamento, mas é o que estamos buscando e também, que o empreendedor
415 tenha uma segurança jurídica, técnica e de planejamento para saber tanto se for para
416 barramento de energia ou para barramento de mineração ou áreas de recarga, onde ele
417 poderá investir o seu recurso com segurança. Quando entendi que está na Lei nº 9.433, que
418 os planos diretores devem identificar as áreas sujeitas a restrição de uso para recursos
419 hídricos, era uma oportunidade de trazer o planejamento que o Governo Federal e dos
420 Estados, com raras exceções que ainda não fazem o planejamento de saneamento ecológico
421 ou qualquer outra ferramenta que avalia o empreendimento, qual o valor da área, qual área
422 que tem mais sensibilidade ambiental, social e as particularidades de recursos hídricos, é isso
423 que estamos buscando. No Paranaíba, infelizmente isso ficou para outro momento e não deu
424 para fazer, mas está caminhando nos Planos do Paraguai e no Grande, apesar que em Minas
425 conseguimos em um Plano Diretor aprovar área de restrição em um comitê Estadual. A nossa
426 proposta, dentro de um planejamento que eu encontrei, que é o mais organizado do setor
427 elétrico, não vou ficar entrando em barramentos de mineração e se sabe que maior parte
428 destas calhas não tem barramento e boa parte destes rios mais largos não tem barragem para
429 irrigação, onde se prefere as áreas de chapadas e mais inteligentes, mas o levantamento feito
430 por ele na bacia do Grande, rio Capivari hidrelétrica projetada pela CEI Energética integrada
431 ao planejamento, rio Grande Lemi - Engenharia, Mogi Guaçu - Comissão de Serviços Públicos
432 de Energia do Estado de São Paulo, Pardo – Engecoors, Mortes – Monte Engenharia, Cervo
433 – ENEMIG Sociedade Comercial, Sapucaí - Minas PCH, Turvo – Encalso Construções, rio
434 Verde – Rio Grande Construções, portanto todos os rios federais e estaduais que identificaram
435 uma escala de prioridade de conservação para sistemas aquáticos, possuem um
436 planejamento de empreendimentos hidrelétricos. Sabendo-se que não estamos em um bom
437 momento econômico, mas já se percebe que este quadro já está mudando e neste momento
438 o valor da energia é compatível, principalmente os empreendimentos que são PCH isso vai
439 pipocar e seria negligência do comitê se não tocarmos nesta ferida, tem que entrar em um
440 consenso, isso que já foi dado um grande passo onde a ANA e a empresa identificaram em
441 uma escala pelo menos quatro trechos de rios importantes: Sapucaí, Pardo, Turvo, Alto Rio
442 Grande e o Mogi. Temos que diferenciar, pois quando o Ministério Pluvial a interpretação pode
443 ser muito diferente e pode se entender que será restrição para tudo e como vamos fazer, pois
444 vai cair no licenciamento. Está na hora de lembrar as especificidades, se vai ser em um momento

445 posterior, tudo bem, mas não pode ser para uma proposta de 2030, pois quando começa a
446 economia a mudar isso vai pipocar e quando a economia começa de novo. A salvação é
447 começar a trabalhar e a entrar nessa ferida, talvez alguns empreendedores não entenderam,
448 mas tenho a certeza absoluta que na questão de se ter segurança jurídica, que o plano já
449 falou que esse rio não tem complexidade nenhuma, com o que se tá pagando o
450 empreendimento, essa é uma reflexão inicial para conseguirmos avançar. A primeira proposta
451 é que na página 3 é que tenha uma mudança de texto entre produto anterior e o que foi
452 analisado agora, que está na página 88 do PP07. Gustavo leu o texto que foi notificado Item
453 3.3, página 89. Comentou que a empresa enviou um ofício dizendo que recomenda um
454 relatório após a revisão do Plano e o CBH encaminhou para órgãos ambientais o processo de
455 discussão objetivando regulamentar por deliberação e por resolução, para definir as áreas
456 mais relevantes e da mesma forma que esta discussão se estenda aos afluentes, visando
457 quais os usos a serem restringidos mediante o aporte de recursos financeiros para viabilizar
458 contatos, reuniões etc. Após criar e implementar uma agência também poderá contribuir com
459 as articulações que serão necessárias entre o Grande e os órgãos ambientais visando a
460 implantação de áreas de redução de recursos hídricos. Ele entende que já foi feito um pouco
461 deste papel do âmbito Federal, já foram apresentados, em alguma escala, ecossistemas
462 aquáticos, áreas de recarga ou outro tipo de restrição, portanto a articulação tem que ser aqui,
463 não externa e a articulação externa é o com órgão Estadual. O que já foi definido pelo Plano
464 no âmbito Federal tem que partir para ação e se essa ação for identificar quando há restrição
465 em outro momento, tudo bem, é até entendemos que é em outro momento que serão os
466 pedidos de restrição. O texto deve estar destacando que a discussão interna já consta no
467 Plano e que a partir daí vamos fazer o nosso trabalho interno de definir as áreas de restrição
468 por meio de resolução e deliberação. Cristiane (ABAS) falou que o no primeiro parágrafo fala
469 que será por resolução ou deliberação e nos CBHS afluentes de nível Estadual haverá
470 articulação. Gustavo (ANGÁ), sugeriu que desta forma, recomenda-se que seja feita a
471 aprovação do PIRH do CBH Grande, CBHs afluentes e órgãos ambientais deixando
472 formalizado por meio de deliberação e resolução aquelas áreas que entender relevante para
473 proteção dos recursos hídricos no âmbito dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Após
474 implementarem a agência de bacia, também poderá contribuir para articulação entre o CBH
475 Grande, os CBHs afluentes, órgãos ambientais no mesmo texto. Essa deliberação e
476 resolução, a única coisa que iremos fazer é o estudo para definir o tipo de restrição e
477 automaticamente a nossa articulação será interna ela não é externa, como está sendo
478 colocado. Gostaria de deixar claro isso só nos afluentes, para não avançarem nesta questão,
479 pois já é um trabalho nosso, onde será delimitado o trabalho e talvez o grupo de trabalho não
480 será a nossa proposta, pois dependerá do que está no item do programa de ações. Portanto
481 é desnecessário falarmos que faremos essa articulação, porque parece que estamos fazendo

482 articulação também, sendo que é um trabalho interno. Cristiane (ABAS), falou que a
483 articulação tem que ser com os comitês Estaduais já que o Federal não tem competência,
484 portanto é uma articulação externa. O restante o Grupo de Trabalho identificará as áreas de
485 restrição e depois disso será feita a deliberação. Gustavo (ANGÁ), falou que este produto já
486 define as áreas no âmbito Federal, se formos escrever o texto, fica parecendo que ainda
487 vamos definir. Temos que definir o tipo de restrição e não área. (Desconhecida), falou que
488 quando fala de competências Federais e competências Estaduais, quem sabe se existe
489 autonomia, não sabemos se existem exemplos de deliberações conjuntas da ANA, DAEE,
490 IGAM e deliberações conjuntas, de comitê, talvez partir para esse tipo de instrumento. Temos
491 que discutir de que forma vamos compatibilizar isso. Hoje precisamos de um estudo mais
492 aprofundado. Estamos em discussão em âmbito Nacional e sabemos que isso entrará em
493 discussão, que é a questão das outorgas. Devemos partir do pressuposto que essa é uma
494 ação futura e que hoje com o estudo que temos não dá para tomar uma decisão, estes estudos
495 talvez irão nos apontar quais instrumentos legais que poderão ser utilizados para tomar a
496 devida decisão e não ter conflito. Ter um instrumento legal que se consiga olhar a bacia
497 seccionada e olhar todas as autonomias existentes entre afluentes e conseguir entrar em um
498 acordo entre o comitê Federal e os Estaduais. Gustavo (ANGÁ), para entender, a ANA
499 identificou as áreas de restrição de uso, pra que serve o grupo de discussão. Retomando, não
500 pode se dizer que não há estudo técnico, porque a ANA fez e identificou as áreas de restrição.
501 Nós podemos fazer é recomendação e a articulação depois, mas emergencialmente saber
502 dos rios da união qual o tipo de restrições que serão aplicados nestas áreas, não vamos definir
503 no Plano. Irene (DAEE), sugeriu que o Gustavo colocasse a proposta do parágrafo do texto e
504 fosse discutido em cima dela para definirmos se aprovamos ou não e para ficar mais prático.
505 Edgar (ANA) falou, que o Planos traz a identificação das áreas sujeitas a restrição de uso, o
506 que será restringido e onde exatamente, será todo o trecho. Estes detalhes comprometem a
507 própria o dinâmica de elaboração do plano e colocar essa discussão de onde, quando, a
508 restrição de uso e o Plano fica parado. Portanto a ideia do Plano é identificar as áreas sujeitas
509 a restrição de uso e atendendo a legislação e as discussões se é rios de domínio Estadual ou
510 de domínio Federal, são todas feitas em grupos e terá etapa seguinte, que seria a discussão
511 pela cobrança, dos usos prioritários, prioridade de outorga, agência, enfim, dezenas de temas
512 para serem abordados. Portanto se continuar com essa discussão não chegaremos a nenhum
513 ponto, nem na finalização do Plano e nem a sua Implementação. Portanto a ideia do Plano é
514 traçar as guias gerais para que estes assuntos se resolvam após a aprovação. Este é o
515 caminho que encontramos para viabilizar não só a aprovação dos Planos como a
516 implementação deles. Dentro das ações no manual operativo, todos estes temas que falei,
517 são extremante sensíveis e precisam de direcionamento na bacia e haverá discussão sobre
518 todos estes temas. Gustavo (ANGÁ), falou que os rios que foram priorizados são dois rios

519 Federais e dois Estaduais, o prazo de execução deste estudo será 2018, é um curto prazo,
520 daí fica nessa discussão e os empreendimentos continuam andando e nós ficaremos correndo
521 atrás de Ministério Público. (Desconhecida) coloca um prazo após a aprovação do Plano.
522 Sérgio (ANA), comento que estão classificando as ações dentro do Plano em curto, médio e
523 longo prazo e a proposta é antecipar essas áreas identificadas mais relevantes e com mais
524 prioridade a agenda de curto prazo, entendendo a agenda de curto prazo com todas as
525 nuances que uma agenda de longo prazo, onde ela demanda estudos, demanda acertos, ou
526 seja, é colocado como agenda de curto prazo que leva em consideração que para cada ação
527 tem todos os trâmites, preparação e quando for o caso, termos de referência, resoluções e
528 articulações, quando dentro desta questão já estão incorporadas. Nas ações a serem
529 priorizadas dentro do Plano, obviamente será dada a preferência àquelas que estão voltadas
530 como curto prazo e dependendo do Plano, pela ampla gama de ações que está sendo
531 proposta nós não atacaremos tudo ao mesmo tempo, por isso a importância de definir. João
532 Daniel (MME), comentou que entendeu que não está sendo feito uma generalização para
533 restrição de uso específico, para evitarmos justamente depois neste Plano aplicado, que
534 algum empreendimento restrinja o uso específico, nossa proposta é esclarecer dentro do
535 Plano esta questão de restrição de uso, ela não se aplica a todo e qualquer tipo de barramento
536 do setor hidrelétrico que são capazes de serem sustentados e causarem o impacto na
537 ictiofauna. A nossa proposta, além da questão do prazo, é que o Plano seja orientativo para
538 quando forem feitos os estudos, sejam feitos os critérios que preservem a implantação de
539 empreendimentos prioritários e com a economia crescendo e a nossa bacia com vocação para
540 empreendimentos hidrelétricos, que na verdade temos condições de fazermos investimentos
541 sustentáveis, só que isso é importante ser indicado no Plano, justamente para evitar certos
542 tipos de interpretação de que está proibido qualquer tipo de barramento. Barramentos que
543 tem pequeno impacto, que vemos alguns casos na bacia, não se aplica necessariamente,
544 esta restrição de uso na parte de germinação de qualquer tipo de barramento, são somente
545 para barramentos de impacto reduzido. O Plano, dependendo da área, poderá priorizar as
546 áreas de unidades conservadas, não precisa ser necessariamente áreas de preservação
547 integral. Gustavo (ANGÁ), a proposta é manter todo o texto que está, mas quando chegamos
548 no programa 13, página 101. O que está no GD1 que Alto Grande, UGRH 8 e 9, que são
549 Sapucaí Grande e Mogi Guaçu e URGH 15 que é o Turvo Grande, esses quatro trechos
550 passam para 2018 e 2020, três anos após a aprovação do produto final ANA vai retardar a
551 realidade, então passa tudo para longo prazo. Laura (IGAM), comentou que esta explicação
552 compõe a urgência do tema, compõe o prazo, mas achou pouco efetivo, pouco realista, mas
553 estando no Plano já é uma garantia. Guilherme (Aliança), esclareceu sobre seu ofício que fala
554 sobre os critérios para a emissão das outorgas e a preocupação do setor elétrico em relação
555 as outorgas emitidas. Sérgio (ANA), falou que a própria colocação do Guilherme já esclarece

556 a dúvida dele mas, não só as outorgas do setor elétrico mas sim em relação a qualquer
557 outorga, a revisão dos critérios é um ciclo sobre a as novas outorgas que serão emitidas,
558 quanto a renovação, a outorga emitida estará submetida aos critérios vigentes na época da
559 renovação. Uma outorga vencida não garante o direito perpétuo. Márcio (ANA), comentou que
560 algumas discussões que acontecem entre a ANA e o Grande devem ficar bem clara parece e
561 que o Plano gera uma sensação de insegurança na questão de direito adquirido e por outro
562 lado uma necessidade de que o Plano não altere nada, quando se fala que o Plano vai mexer
563 no licenciamento, vai mexer na outorga, o Plano vai mexer e estamos fazendo um Plano, pois
564 se não tivermos um, e isso ele mostra com clareza, o cenário futuro não será bom. Portanto
565 fazemos um Plano para corrigir um procedimento e um encaminhamento que estava
566 ocorrendo sem planejamento. Pela insegurança aqui de alguns setores, buscando uma
567 segurança de que não vão perder um benefício ou privilégio que tenha, isso não existe, vai
568 perder. Podem ficar tranquilos, pois quando e como vão perder, somente num ambiente de
569 negociação e num ambiente de comitê de bacia. Vai ter operação, vamos identificar o que tem
570 que ser feito e não existe garantia que não vai haver uma área de preservação e vai restringir
571 qualquer uso, isso pode acontecer em qualquer instrumento em um Plano de bacia com
572 processo de licenciamento. Não podemos ignorar e não querer que o Plano não planeje, pois
573 ele vai planejar, ele vai restringir e o plano vai limitar, senão não tem o porquê de se fazer um
574 plano. Agora temos aqui, diferentemente de outros setores, a área de recursos hídricos, que
575 é uma área que prevê um processo de negociação num ambiente em que os interessados
576 estão sentados para discutir em um comitê de bacia, portanto essas discussões irão decorrer
577 ao longo do Plano e não na diretriz geral que o Plano traz. João Daniel (MME), esclareceu a
578 proposta do Plano é que não dá para adequar a mesma restrição para usos diferentes e tem
579 alguns usos que pela sua característica que precisam de um tempo de maturação de
580 investimento e nossa proposta é exatamente que o Plano restrinja, até por entender a
581 característica diferente de cada um e seja respeitado, por exemplo, prazo. E na verdade não
582 tem nada garantido, só que a medida que o recurso é escasso não tem como priorizar. O
583 Plano tem uma diretriz para que tudo que foi discutido posteriormente seja considerado
584 característica de cada um. Tem uso que se viabiliza. Não tem como o Plano não ser
585 transparente a cada característica de cada tipo de uso. A proposta é que o Plano seja mais
586 claro, no sentido de que, se for necessário a revisão da outorga para preservação de usos
587 múltiplos. Aparecida (ABRAGEL), falou que não podemos esquecer que a outorga não pode
588 ter somente o olhar ambiental, mas também o olhar social e econômico e na hora de ser
589 discutido colocar o peso, não adianta eu não querer um uso aqui e eu querer outro uso, sem
590 eu colocar o peso de qual é o significado deste peso para a bacia. Sugiro que todos que
591 tenham a oportunidade de ver a apresentação da ABS na oficina voltada para outorga, no
592 Ceará, falando sobre irrigação e também para todos os outros usos. Todas as ponderações

593 devem ser todas colocadas. Sérgio (ANA), comentou que todas as falas estão na mesma
594 direção em relação ao tratamento da outorga pelos órgãos gestores e com certeza não estou
595 falando somente pela ANA, falo também por São Paulo e por Minas, no caso da bacia, ele se
596 dá de forma diferenciada para cada uso, essa natureza do instrumento de outorga, tanto a
597 forma como o uso é analisado, quanto ao que se refere a prazo de vigência e todas as
598 questões. Isso faz parte da nossa política e das nossas normativas, ou seja, a
599 compatibilização dos usos múltiplos, não é uma das premissas da nossa política e isso não
600 significa uma uniformização dos usos múltiplos, justamente para entender suas diversas
601 nuances. Não vejo nenhuma diretriz e encaminhamento no Plano que vá de encontro a isso
602 que é a base e é assim que atuamos. A importância de levar o que estamos fazendo, tanto
603 em termos da necessidade de avançarmos na metodologia e na forma como serão discutidas
604 as questões de restrição de uso na bacia, como também as formas tanto do ponto de vista de
605 metodologia, quanto ao ponto de vista de aplicação prática das prioridades de uso, são dois
606 termos que não são exclusivos da bacia, onde vários de vocês participam destas discussões
607 também em âmbito nacional e no âmbito do conselho, elas fazem parte da própria evolução
608 do amadurecimento de nossa política. O que estamos discutindo aqui e chegamos a um bom
609 termo, é que estes amadurecimentos, estes avanços e estes aprimoramentos que estão
610 sendo discutidos em escala nacional, devem ser discutidos no âmbito da bacia, o Plano
611 aponta nessa direção, o plano indica prioritariamente algumas ações, vamos esperar que isso
612 aconteça e tudo que foi colocado no debate, seja no ponto de vista de importância de todos
613 os setores na bacia, na importância da questão ambiental, como a ajuda dos recursos
614 hídricos, todo o debate será direcionado nessa linha. Temos que acreditar no sistema que
615 está sendo construído, nas suas evoluções, onde faremos os debates, faremos as
616 justificativas e a partir delas vamos avançando. A discussão está se encaminhando de forma
617 madura e possível para o momento em que estamos, não seria razoável antecipar decisões
618 com o debate não maduro, mas ao mesmo tempo ficamos com o compromisso de não
619 postergar a discussão para não protelar a decisão, ou seja, temos uma meta de tomada de
620 decisão e estamos construindo um caminho para chegar até lá. Compartilhamos de todas as
621 preocupações, está muito claro e o trabalho é esse, são vários contextos que precisamos
622 compatibilizar e analisar de forma conjunta. Reforçou com a necessidade de inclusive da
623 continuidade da mobilização que até aqui foi feita, pois o trabalho não se encerra na próxima
624 plenária e com a aprovação desse Plano, e na verdade ele se inicia e se intensifica, só
625 chegaremos a conclusões e a tomada de decisão destes temas que são cruciais com a
626 intensificação desse debate e dessa mobilização, então é muito importante o engajamento ou
627 as ferramentas, teremos debates, teremos confronto de ideias, que são saudáveis e devemos
628 perseverar neles. Não podemos ficar com essa sensação de missão cumprida, de que
629 acabou, de cada um para o seu canto, uns se sentindo mais vitoriosos outros menos, o

630 momento de discussão, de avanço e de transformação, todos com seus diferentes interesses
631 e com diferentes visões, querem chegar em algum lugar e esse momento, é a partir da
632 plenária de discussão do Plano e no encaminhamento das ações. João Daniel (MME),
633 perguntou se achava oportuna a inserção dos textos aplicativos. Sergio (ANA) respondeu,
634 honestamente acha que não, mas não há nenhuma diretriz do Plano que seja contrária, mas
635 essa é a essência do Plano e se achar importante reforçar a essência da política nas
636 conclusões da Plano na questão das outorgas. César (SSRH), pontuou algumas coisas
637 referentes ao panorama do Estado de São Paulo, não havendo nenhuma adversidade com a
638 ANA e nem o Estado de Minas Gerais, o órgão que utiliza deste instrumento para definir o
639 futuro da bacia é comitê e vai ser em cima do que foi discutido aqui que será traçado o futuro.
640 Claro que, sempre estará voltado para algumas questões, a primeira delas é de ordem política
641 e quem define a política do Estado é a Secretaria, retorna as revisões de outorga, de
642 mudanças na cobrança, portanto sempre é uma revisão que passa pelo Estado e essa
643 discussão se dará no momento oportuno. O Plano nos aponta horizontes o que nos dá
644 segurança jurídica. Sérgio (ANA), complementou falando do esforço da própria secretaria do
645 comitê que tem suas contribuições compartilhadas com o DAEE e além dos órgãos gestores
646 de Minas, de São Paulo, da ANA que têm suas competências que lhes cabem e dar as
647 consequências regulatórias, que são colocadas através das diretrizes do Plano para que ele
648 tenha todo esse amparo legal e assim possamos avançar em nossa missão. Guilherme
649 (Aliança), falou que foram feitas muitas propostas com várias alterações no texto e se formos
650 descaracterizados e se possível fosse feito as cotas de alterações, pois o texto ficou longo.
651 Aparecida (ABRAGEL), comentou que o setor elétrico já é visto como “patinho feio”, o de
652 maior impacto, e foi muito bom falar do recurso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que
653 é o que sustenta a gestão de recursos hídricos e às vezes esquecemos desta compensação
654 financeira dada aos recursos hídricos do setor elétrico, que vai para o Estado e que sustenta
655 todos os custos Estaduais, não podemos esquecer este lado, pois se não fosse por essa
656 contribuição não se sabe a quantas estaria nossa gestão de recursos hídricos. Débora Riva
657 (FIESP), falou de datas e questionou quando a Aída poderia enviar as considerações. Márcio
658 (ANA), comentou que estava pautada para reunião conjunta das câmaras no dia seguinte, a
659 aprovação do PP07. Januária (IGAM), falou que ficou combinado e ficou pautado para a
660 reunião conjunta da CTI e CTIL era fazer um relato sobre o debate da hoje na reunião, porque
661 quando foi elaborado a pauta, já se teve o cuidado de não sair a conclusão nessa reunião,
662 então se fechar e sair o parecer será levado às câmaras para se mostrarem favoráveis ou
663 não. Márcio (ANA), uma coisa é nós aprovarmos o Plano, outra coisa é o texto e o que
664 estamos discutindo aqui, é forma de texto, semântica, porque se for isso, o texto pode ser
665 corrigido até em plenária, se vier uma versão corrigida e ainda não estiver bom, entra com
666 uma contraproposta e corrige novamente. Sergio (ANA), complementou a fala do Márcio

667 dizendo, que entendeu a discussão que aconteceu ali, não há nada por parte do grupo que
668 se oponha a aprovação do Plano portanto, ao ponto de vista dos prazos que conseguimos fazer
669 essa apreciação do Plano na plenária do dia 14 e a sugestão é que encaminhemos a
670 recomendação para aprovação do Plano pelas câmaras, sujeito aos ajustes de textos e caso
671 ainda depois destes ajustes, alguém tiver uma sugestão adicional iremos atender e quanto ao
672 conteúdo do Plano já fechamos e precisamos encaminhar os trâmites para que atender a
673 apreciação do dia 14 de novembro. Laura (IGAM), sugeriu que seja feito um resumo ou esboço
674 das alterações, porque se tivermos claro quais são as modificações que foram sugeridas, gera
675 segurança para ser aprovada pela CTI. Débora Riva (FIESP), falou que o que estava a
676 preocupando era levar para discussão no dia seguinte na reunião da CTI e CTIL com essas
677 pendências. Laura (IGAM), falou que não via problema, se tivermos condições de avaliar quais
678 foram as notificações propostas e chegando em um acordo destas notificações e fazer um
679 parecer de recomendação de aprovação do Plano, não tem problema de pautar amanhã.
680 Concordaram em fechar o resumo e encaminhar para a reunião do dia seguinte. Sérgio (ANA),
681 falou do seu compromisso de colocar a discussão das das oficinas no MOP. Aída (Engecorps),
682 falou que Edgar pediu a alteração da legenda da figura, 1.23, as classes dos percentuais de
683 tratamento de esgoto e ainda nas sequencias das páginas do relatório, onde o Malacco
684 solicitou a nota de rodapé na página 90. A próxima inserção que foi solicitada é no item 3.3.2,
685 o quadro para complementar a figura 3.19 e ainda no item 3.4.4 inserir e sintetizar o texto do
686 ofício da ANGÁ, retirar a referência aos usos e focar nas es e de tal forma que ele dê
687 fundamento a figura 3.21. Acrescentar que a metodologia utilizada visando harmonizar as
688 legendas diferentes entre os estudos dos Estados. Gustavo (ANGÁ), solicitou acrescentar o
689 quadro 2.7 do diagnóstico. Aída (Engecorps), solicitou passar todas as ações para o mesmo
690 prazo, na parte de restrição de uso, no anexo da página 102. Rogério (Aliança), comentou
691 sobre o item 5 a inclusão do item 3.3.4 sintetizado do ofício da ANGÁ, de forma que explique
692 ou substituído e se limite a figura, retirando citações de orientação de classificação de uso e
693 retirando a menção de empreendimentos hidrelétricos e trate de forma ampla os barramentos.
694 Aída (Engecorps), sugeriu entregar o relatório dia 11 de outubro ou após o feriado. Isabela
695 (CREA), sugeriu encaminhar uma convocação extraordinária para dar tempo da Aída concluir
696 o relatório, portanto a entrega do relatório ficou para dia 16 de outubro. Laura (IGAM), fez a
697 leitura da alteração no parecer, referente ao item 5 com a inclusão do item 3.3.4, sintetizando
698 o texto referente ao ecossistema aquático do ofício da ANGÁ, de forma que explique a figura,
699 retirando o tipo de uso. Aída (Engecorps), sugeriu inserir a questão das outorgas, nas
700 diretrizes da mesma. Laura (IGAM), falou que a recomendação do GT é que após sejam feitas
701 as modificações se aprove o Plano. Débora Riva (FIESP), solicitou que inserisse o parecer 04
702 da reunião do dia 23/08 em Poços de Caldas e da reunião do dia 28/09 o Parecer Parcial,
703 recomendando que perante ao conteúdo apresentados no relatório os membros apresentam-

704 se favoráveis aos produtos citados. A coordenadora do GT declarou encerrada a reunião. O
705 áudio desta reunião, do tipo MP3, tem a duração de 4h45m40s (quatro horas, quarenta e cinco
706 minutos e quarenta segundos). Nada a mais a tratar nessa data, encerro esta ata, Janaína
707 Ribeiro Gonçalves Schönardie, constando que a lista de presença é parte integrante deste
708 documento.

MINUTA